

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA - SP

Estudo Técnico Preliminar 176/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 3524709.420.00007977/2026-10

2. Descrição da necessidade

Tendo em vista a constante mudança na legislação no âmbito da Administração Pública, especialmente na área orçamentária e financeira que engloba, de maneira geral, a gestão das finanças do setor público, traz desafios específicos para os gestores, impactando diretamente na forma como os órgãos públicos, especialmente os municípios, registram, relatam e gerenciam suas finanças, além de exercer o controle de forma expressa e integrada de todas as unidades setoriais da Administração.

No âmbito do Estado de São Paulo, o destaque fica com o Sistema AUDESP - Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos, sistema implementado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para aprimorar a fiscalização e a transparência na gestão pública.

Como é de conhecimento, referido sistema eletrônico promove a digitalização dos registros contábeis, reduzindo a necessidade de documentos físicos e permitindo uma maior automação dos processos contábeis, facilitando o acesso às informações contábeis, aumentando a transparência e permitindo um monitoramento mais eficiente por parte dos munícipes e dos órgãos de controle.

Contudo, é patente a dificuldade na leitura das informações lançadas no sistema de contabilidade usado pela Prefeitura, uma vez que, constantemente o Tribunal de Contas emite Alerta a respeito do acompanhamento da Gestão Fiscal e descumprimento das Instruções do TCE.

Assim é indispensável um sistema que realize a leitura prévia das informações transmitidas para o sistema AUDESP de modo que auxilie os gestores avaliar e validar as informações previamente a prestação de contas, desta forma impedindo eventuais irregularidades, e ainda, realizará a leitura automatizada dos arquivos, validação estrutural e de consistência dos dados, consolidação das informações contábeis e geração de demonstrativos fiscais, bem como disponibilizar relatórios técnicos e gerenciais, rotinas de apoio à prestação de contas e mecanismos de monitoramento de indicadores, incorporando ainda recursos de Inteligência Artificial para suporte à análise de dados e à elaboração de pareceres técnicos, em conformidade com as normas vigentes e exigências dos órgãos de controle.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Finanças	Fábio dos Santos Ribeiro

4. Descrição dos Requisitos da Contratação**REQUISITOS TÉCNICOS DO SISTEMA**

Disponibilização de sistema web, pelo período de 12 (doze) meses, que realize em sua completude o atendimento de no mínimo dos seguintes requisitos:

Sistema desenvolvido em **ambiente 100% web**, dispensando instalação local, com acesso mediante navegador de internet;

Hospedagem do sistema em Data Center de responsabilidade da CONTRATADA, sem custos adicionais para a CONTRATANTE, com garantia de alto desempenho, disponibilidade, segurança da informação e rotinas de backup;

Disponibilizar rotina automatizada para importação e processamento de **arquivos eletrônicos no padrão XML do Sistema AUDESP**, de acordo com os layouts estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

Permitir a importação das informações constantes nos balancetes Conta-Corrente e Conta-Contábil, a partir dos arquivos XML encaminhados ao Sistema AUDESP, realizando o armazenamento dos dados em bando de dados próprio do sistema;

Permitir a consolidação dos balancetes, em conformidade com o formato e as regras definidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

Compatível com os principais navegadores de internet disponíveis no mercado, tais como: Google Chrome, Mozilla Firefox, Microsoft Edge ou equivalentes;

Possuir controle de acesso seguro, mediante autenticação individual de usuários, com utilização de credenciais protegidas por mecanismos de criptografia;

Permitir acesso simultâneo por múltiplos usuários, suportando sessões concorrentes adequadas às necessidades operacionais da administração pública contratante;

Manter registro de logs de acesso e de operações realizadas, contendo, no mínimo, identificação do usuário, data, hora e descrição da ação executada, garantindo a rastreabilidade e auditoria das atividades realizadas no sistema;

Permitir a ativação, desativação e bloqueio de usuários, conforme as necessidades administrativas da CONTRATANTE;

Permitir a emissão de relatórios técnicos e gerenciais para acompanhamento da execução orçamentária e financeira;

Permitir a emissão de documentos e relatórios em conformidade com as Instruções vigentes do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Secretaria do Tesouro Nacional, observando os modelos, layouts e padrões estabelecidos para prestação de contas;

Informações orçamentária, financeira e patrimonial em atendimento as NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público);

Permitir a geração, exportação e salvamento de relatórios, no mínimo, nos formatos XLS, DOC e PDF, assegurando a integridade das informações e a fidelidade dos dados exportados em relação ao conteúdo apresentado no sistema;

O sistema deve estar em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), devendo a CONTRATADA indicar o encarregado pelo tratamento de dados pessoais (DPO).

REQUISITOS FUNCIONAIS DO SISTEMA

Disponibilizar **Dashboard** para acompanhamento da execução orçamentária e financeira permitindo visualizar o desempenho de receita e despesa e percentuais constitucionais de Ensino, Fundeb, Saúde, Despesa com Pessoal, DCL, Art. 167 e CAPAG, situação do município no CAUC, visualizar os relatórios de Instruções e Alerta emitidos pelo TCE-SP e visualizar o ranking do município no Siconfi;

Disponibilizar ***Dashboard*** para acompanhamento da execução orçamentária e financeira permitindo visualizar o desempenho de receita e despesa e percentuais constitucionais de Ensino, Fundeb, Saúde, Despesa com Pessoal, DCL, Art. 167 e CAPAG, situação do município no CAUC, visualizar os relatórios de Instruções e Alerta emitidos pelo TCE-SP e visualizar o ranking do município no Siconfi;

Permitir criar ***Cenários de Projeções*** em periodicidade mensal e anual para visualizar informações históricas e projetadas de receita, despesa e índices constitucionais, contendo no mínimo as seguintes informações:

Selecionar por mês ou acumulada;

Selecionar por entidade ou consolidado;

Selecionar por fonte de recurso e classificação econômica;

Selecionar despesa empenhada, liquidada ou paga;

Comparar com indicadores econômicos;

Metodologia de projeção de acordo com a Lei Federal 4.320/64;

Visualizar as informações em modo gráfico com legenda e tabelas.

Permitir a emissão de ***Demonstrativos de Gerenciais*** permitindo visualizar os resultados da execução orçamentária e financeira e índices e limites constitucionais, contendo no mínimo os seguintes relatórios:

Relatório de acompanhamento da receita, contendo no mínimo as seguintes informações: selecionar por entidade ou consolidado, fonte de recurso e classificação econômica;

Relatório de acompanhamento da despesa, contendo no mínimo as seguintes informações: selecionar por entidade ou consolidado, fonte de recurso, despesa por categoria, grupo, modalidade ou elemento e despesa empenhada, liquidada ou paga;

Relatório de projeção arrecadação, contendo no mínimo as seguintes informações: Selecionar por entidade ou consolidado, fonte de recurso, classificação econômica e metodologia Lei 4.320/64;

Relatório que permita a apuração da suficiência ou insuficiência financeira projetada para o exercício, contendo no mínimo as seguintes informações: Selecionar por entidade ou consolidado e fonte de recurso;

Relatório que permita o acompanhamento dos gastos nos últimos dois quadrimestres do último ano de mandato - Artigo 42 da LRF;

Relatório que permita o acompanhamento do limite de despesas com pessoal e encargos no último ano de mandato- Artigo 21, parágrafo único da LRF;

Relatório que permita o acompanhamento mensal do Cumprimento das Receitas e Despesas correntes, de acordo com o artigo 167-A da CF;

Relatório que permita o acompanhamento mensal da Capacidade de Pagamento do Município – CAPAG da Secretaria do Tesouro Nacional;

Relatório que permita acompanhamento do Ranking do Siconfi da Secretaria do Tesouro Nacional;

Relatório dos principais indicadores da gestão, contendo no mínimo as seguintes informações: Resultado orçamentário e financeiro da entidade, Recursos aplicados no Ensino, Fundeb, Saúde, Despesa com Pessoal; Apuração da DCL, Análise do Art. 167, Análise do CAPAG e Análise do Ranking do Siconfi.

Permitir a emissão de ***Demonstrativos de Gestão Fiscal*** permitindo visualizar os resultados da execução orçamentária e financeira, índices e limites constitucionais, tais como, Ensino, Fundeb, Saúde, DCL, Despesas com Pessoal e Limite de Endividamento, permitindo ainda a geração de informações para ***Prestação de Contas Eletrônica*** aos órgãos de fiscalização, contendo, no mínimo:

Relatórios pormenorizados com indicadores do RREO, RGF, Ensino, Fundeb e Saúde para prestação de contas via interação direta no Sistema AUDESP do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

Geração do arquivo eletrônico nos moldes do sistema de orçamento público da educação - SIOPE do Ministério da Educação;

Disponibilizar rotina que faça a validação e transmissão das informações para o sistema eletrônico do SIOPE e validação no módulo de acompanhamento e validação do MAVS;

Geração do arquivo eletrônico nos moldes do sistema de orçamento público de saúde – SIOPS do Ministério da Saúde;

Disponibilizar rotina que faça a validação e transmissão das informações para o sistema eletrônico do SIOPS;

Geração do arquivo eletrônico com informações orçamentária e financeira para transmissão e homologação no Siconfi da Secretaria do Tesouro Nacional;

Geração das informações orçamentária e financeira com as especificações da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) para transmissão e homologação no Sistema SICONFI da Secretaria do Tesouro Nacional;

Relatórios pormenorizados por Conta-Corrente, conforme regradadas do Sistema AUDESP, apresentando a movimentação dos constantes nos arquivos XML transmitidos mensalmente para Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

Demonstrativos de balanços contábeis nos moldes do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Secretaria do Tesouro Nacional, a partir dos balancetes isolados em formato XML enviados ao sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Permitir a emissão de **Audiência Pública de Avaliação das Metas Fiscais Quadrimestrais** permitindo a parametrização e impressão da apresentação, com mecanismos que possibilitem a geração automática da ata e lista de presença, para cumprimento do artigo 9º, parágrafo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, contendo no mínimo as seguintes informações:

Demonstrativo e gráfico de arrecadação das principais fontes de arrecadação do município

Demonstrativo e gráfico das despesas fixadas e resultado da despesa empenhada, liquidada e paga por órgão e consolidado

Demonstrativos e gráfico de cumprimento das metas do Resultado Nominal e Primário do exercício

Demonstrativo e gráfico dos limites constitucionais de Ensino, Fundeb, Saúde e Despesa com Pessoal

Permite a parametrização das informações para apresentação da audiência pública

Possuir mecanismos que possibilite a geração automática da ata e lista de presença da audiência pública

Permitir a vinculação e impressão da **Matriz de Riscos em pareceres de controle interno**, com cadastro e gerenciamento de eventos que compõem, contendo no mínimo as seguintes informações:

Mecanismos para estabelecer o nível de risco para cada evento, considerando as dimensões de probabilidade e impacto;

Permite definir os critérios para avaliar a probabilidade de ocorrência e o impacto das consequências do risco;

Classificar a probabilidade e do impacto do risco em níveis quantitativos (alto, médio e baixo);

Ferramentas para a classificação automática dos riscos, utilizando um sistema de cores (vermelho para alto, amarelo para médio e verde para baixo);

Mecanismos para repriorização mensal dos riscos avaliados;

Listar os eventos da matriz de riscos e visualizar suas duas dimensões (probabilidade e impacto);

Funcionalidade para impressão da matriz de riscos;

Permite a vinculação e impressão da matriz de riscos em pareceres de controle interno.

Permitir criação e gerenciamento do plano operativo anual detalhando as atividades a serem desenvolvidas no exercício, contendo no mínimo as seguintes informações:

Permite associar eventos previamente estabelecidos no sistema de controle interno ao plano operacional anual

Cadastro de novos eventos específicos para o plano operacional anual;

Estabelece periodicidade para os eventos cadastrados no plano;

Permite personalizar a formatação para a impressão dos eventos contidos no plano operacional anual;

Permite a formatação do conteúdo textual do plano operacional anual para fins de impressão.

Permite visualizar e monitorar o progresso do plano operacional anual, exibindo o status das atividades (planejadas, executadas) e suas alterações;

Permitir a criação de **Avaliação Interna** e o envio eletrônico aos responsáveis, contendo no mínimo as seguintes informações:

Realiza a importação automática da classificação institucional disponibilizada no Sistema AUDESP;

Permite o cadastro de responsáveis e sua vinculação à classificação institucional do órgão;

Funcionalidade para o registro de temas e questões que subsidiarão a elaboração de avaliações internas;

Possibilita avaliações internas e o envio eletrônico aos responsáveis;

Permite o agendamento de avaliações internas com notificação aos responsáveis;

Integração com a agenda de controle interno para visualização das avaliações internas programadas.;

Permite cadastrar diferentes tipos de avaliação, definindo suas regras e funcionalidades específicas;

Permite associar questões do manual de controle interno do TCE-SP às avaliações internas;

Elaboração de avaliações internas que incluem indicadores de execução orçamentária, financeira e patrimonial;

Permite definir a prioridade e o prazo de execução para cada avaliação interna elaborada;

Funcionalidade para anexar documentos e fotos com legendas às avaliações internas;

Criação de um repositório dedicado para documentos e fotos de cada avaliação interna;

Permite a vinculação de avaliações internas em tópicos de pareceres;

Monitoramento das avaliações internas por status, tipo, prazo, prioridade e responsável;

Mecanismos de controle para análise comparativa de avaliações internas (elaboradas, respondidas, vencidas e finalizadas);

Permite a configuração personalizada para a impressão e o envio eletrônico das avaliações internas.

Permite o controlador usar recursos da **Inteligência Artificial** para auxiliar na elaboração de pareceres, contendo no mínimo as seguintes informações:

Permite o controlador elaborar parecer conclusivo para cada item de análise do relatório;

Permite importar para relatório em elaboração o parecer de períodos anteriores;

Permite alimentar diretamente nos **Prompts da IA** conteúdos específicos para que a Inteligência Artificial use esses dados na resposta e reproduza o parecer conclusivo;

Permite usar **Prompts da IA** para refinar a busca do conteúdo para elaborar o parecer conclusivo;

Permite alimentar a **Inteligência Artificial** com upload de arquivo PDF, DOC e planilhas com informações de credor;

Permite que a Inteligência Artificial faça a leitura do arquivo importado e use o conteúdo para prestação de contas de adiantamento em tempo real;

Permite que o controlador use a Inteligência Artificial na elaboração do parecer de adiantamento;

Permite armazenar conteúdo do parecer no banco de dados.

Permitir a emissão de **Pareceres Técnicos**, possibilitando a parametrização do conteúdo e a impressão individual ou por meio da seleção de itens específicos avaliados no sistema. Os pareceres deverão apresentar manifestação fundamentada sobre a conformidade das informações financeiras, orçamentárias, patrimoniais e fiscais da administração pública municipal com a legislação vigente, contemplando a análise dos indicadores e relatórios de gestão. O documento deverá evidenciar a situação apurada no período, apontando eventuais irregularidades, inconsistências ou riscos identificados, bem como recomendações e orientações para o aprimoramento da gestão pública e a adoção de medidas corretivas quando necessárias, em conformidade com os princípios de responsabilidade fiscal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e com as diretrizes de fiscalização dos Tribunais de Contas, como o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, devendo conter, no mínimo, as seguintes informações:

Índice e Indicadores da Gestão Municipal: Demonstrar o Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEG-M;

Avaliação das Metas Físicas e Financeiras previstas nas Peças Orçamentárias: Demonstrando as ações de governos e suas metas físicas realizadas no período;

Avaliar a receita orçamentária: Demonstra a receita por categoria, classificação, fonte de recurso, arrecadação mensal e comparativo;

Avaliar a despesa orçamentária: Demonstra a despesa por categoria, grupo de natureza, fonte de recurso, unidade orçamentária, despesa mensal e comparativo;

Avaliar a gestão orçamentária: Demonstra valores e percentuais da arrecadação prevista para o exercício, despesas realizadas e resultado;

Avaliar a gestão orçamentária por Fonte de Recurso: Demonstra a receita arrecadada comparadas com as despesas realizadas e resultado orçamentário por fonte de recurso;

Avaliar as Alterações Orçamentárias: Demonstra os valores das suplementações e remanejamentos totalizando por fundamento legal;

Avaliar as Alterações Orçamentárias Autorizadas por Decreto: Demonstra a totalização por fundamento legal e percentual autorizado;

Avaliar a Execução Financeira: Demonstra o resultado financeiro com valores e percentuais da disponibilidade financeira e despesas a pagar;

Avaliar a Conciliação Bancária: Demonstra o saldo financeiro e extrato bancário;

Avaliar a Execução dos Restos a Pagar: Demonstra o saldo dos restos a pagar liquidados e não liquidados;

Avaliar os Recursos Aplicados no Ensino: Demonstra as receitas com transferências de impostos e a aplicação mínima exigida;

Avaliar os Recursos Aplicados no FUNDEB: Demonstra as receitas com transferências do FUNDEB e rendimentos de aplicações financeiras e aplicação mínima do magistrado e outros recursos recebidos;

Avaliar os Recursos Aplicados em Saúde: Demonstra as receitas de impostos e transferências de impostos e a aplicação mínima obrigatória;

Avaliar as Despesas com Pessoal: Demonstra a receita corrente líquida e os limites, máximo e prudencial de gastos e a despesa total com pessoal;

Avaliar a Execução dos Precatórios: Demonstra o valor da dívida, suas movimentações e saldo;

Avaliar a Dívida Fundada: Demonstra o valor da dívida de longo e curto prazo e o percentual total da situação da dívida fundada;

Avaliar a Dívida Consolidada Líquida: Demonstra o valor da receita corrente líquida no exercício e os limites estabelecidos na legislação;

Avaliar o Limite de Endividamento do Município: Demonstra o valor mensal, conforme Resolução 40/2001-art. 3º, I Senado;

Avaliar o Resultado Nominal: Demonstra o valor do último exercício e até o período e compara com a Meta de Resultado Nominal;

Avaliar o Resultado Primário: Demonstra os valores fixados na Lei de Diretrizes Orçamentária comparada até o período e compara com a Meta de Resultado Primário prevista para o exercício;

Avaliar as Alienações de Ativos: Demonstra o valor das receitas, despesas realizadas e saldo de banco;

Avaliar as Operações de Créditos, Despesa de Capital, Avais e Garantias: Demonstra o valor da receita corrente líquida no exercício e os limites estabelecidos na legislação;

Avaliar a arrecadação da Dívida Ativa: Demonstra os valores previstos e arrecadado da dívida ativa;

Avaliar as despesas com Encargos Sociais: Demonstra os valores liquidados no mês e acumulado por FGTS, INSS, obrigações patronais e RPPS;

Avaliar os Repasses ao Terceiro Setor: Demonstra os valores previstos na lei orçamentária e os valores liquidados dos repasses;

Avaliar os Bens Móveis e Imóveis: Demonstra os valores previstos no orçamento e os valores liquidados de obras e material permanente e valor registrado no Plano de Contas PCASP;

Avaliar o Limite dos Repasses ao Legislativo: Demonstra o limite permitido para repasse;

Avaliar os Repasses mensais ao Legislativo: Demonstra os valores repassados separados e agrupados mensalmente;

Avaliar as Licitações e Contratações: Demonstra as despesas empenhas por modalidade de licitação, credor, valor e número de empenho;

Avaliar os Estoques de Almoxarifado: Demonstra os valores previstos no orçamento e os valores liquidados de material de consumo e valor registrado no Plano de Contas PCASP;

Avaliar as Despesas com Adiantamento: Demonstra os valores concedidos e prestação pendentes, com nome, empenho ano;

Avaliar o Cumprimento do Artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal: Demonstra a situação de endividamento mensalmente, a partir de abril até o mês de dezembro;

Avaliar o Cumprimento do Artigo 21, parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal: Demonstra o índice mensalmente, a partir de junho até o mês de dezembro;

Avaliar o Cumprimento do Artigo 167-A da Constituição Federal: Demonstra o índice apurado no mês, receita e despesa corrente dos últimos doze meses;

Avaliar o Cumprimento de Prazos de Entrega do AUDESP: Demonstra o tipo de documento, mês e prazo, com o status da entrega com acompanhamento diário e automatizado com o sistema AUDESP do TCE-SP;

Avaliar os Relatórios de Alerta e Instrução emitidos pelo TCE-SP: Demonstra os alertas e relatórios de Instrução de acompanhamento da Gestão Fiscal emitidos pelo TCE-SP com acompanhamento diário e automatizado com o sistema AUDESP;

Avaliar Portal de Transparência: Disponibiliza a situação das informações obrigatórias para disponibilizar no Portal de Transparência.

A nota fiscal deverá ser apresentada na entrega do serviço, a fim de ser atestada e posteriormente encaminhada para pagamento, que deverá ser efetuado em até 28 (vinte e oito) dias.

O prazo de entrega, do objeto licitado deverá ser de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

Os serviços a serem adquiridos devem apresentar especificação técnica de acordo com a descrição do ETP, para que a essa aquisição supra as necessidades da Secretaria. O objeto foi descrito conforme especificações técnicas necessárias e suficientes para garantir a qualidade da contratação e atendimento de requisitos de qualidade.

Para assegurar a plena compatibilidade técnica da solução ofertada com os requisitos estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar, na fase de envio das propostas pelas licitantes, serão exigidos os seguintes documentos complementares:

- Proposta comercial formal, devidamente datada e assinada pelo representante legal da empresa, contendo as condições comerciais, prazos, garantias, validade da proposta e demais informações necessárias à avaliação da oferta.
- Memorial descritivo da solução (proposta técnica), com a descrição detalhada das funcionalidades do sistema proposto, demonstrando aderência aos requisitos mínimos definidos neste ETP
- Atestados de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a experiência anterior na execução de serviços com escopo semelhante ao previsto nesta contratação
- Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínima: contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

Efetuar a entrega dos serviços conforme especificações, quantidades, prazo e local constantes neste instrumento, acompanhado da respectiva nota fiscal. Os serviços poderão ser rejeitados no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento.

5. Levantamento de Mercado

A pesquisa relacionada aos itens de aquisição foi elaborada com base em preços praticados no mercado através de orçamentos, foram analisados processos similares feitos por outros órgãos e entidades, por meio de pesquisa no âmbito de pregões contratações públicas através do site [hops://www.pncp.gov.br](https://www.pncp.gov.br).

Após realizar estudo de mercado com empresas especializadas do ramo, elaborar-se pesquisas no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) e Banco de Preços sobre contratações correlatas em outros municípios e considerar os requisitos da contratação que se destacam pela necessidade de viabilizar ao município de Jaguariúna uma ferramenta de gestão digital que cumpra com as normativas do sistema AUDESP do Tribunal de Contas, ponderando sobre as possíveis alternativas para atendimento da demanda, conclui-se pelas soluções abaixo encontradas:

SOLUÇÃO 1: Desenvolvimento de solução WEB por equipe interna da prefeitura:

Vantagens: Seríamos uma entidade pioneira na região a possuir equipe própria para execução do objeto, o conhecimento e equipamentos seriam de posse da prefeitura de forma a atender prontamente qualquer necessidade e as soluções seriam personalizadas e aderentes exclusivamente às necessidades da municipalidade.

Desvantagens: Como atualmente não contamos com um profissional com conhecimento suficiente para capitanear e fiscalizar as necessidades para a formação de tal equipe fica inviável e fadada ao fracasso à adoção de tal solução. Por se tratar de um objeto cujo caráter normativo do Tribunal do Estado de São Paulo, a capacidade necessária da equipe envolveria diversas linhas do conhecimento, com especialização profunda, como: Analista de dados, Engenheiro de Software, Gerente de Projeto PMP, Advogados, etc. Além disso, a prefeitura não conta na Secretaria de Administração de mão de obra capacitada para o desenvolvimento, teste e controle de qualidade de software para gestão dos dados gerados. Seria também necessário estruturar Centro de Suporte e Treinamento, para prover condições de apoio mínimo aos usuários do sistema (internos e externos). Custos relacionados a espaço, mobiliário, aquisição de computadores, equipe, sistema de gestão de chamados, sistemas de controle de servidores de dados, treinamento de atendimento e custos logísticos.

SOLUÇÃO 2: Contratação de empresa especializada

Vantagens: Uma empresa com especialistas em cada área demandada agrega valor e traz resultados inquestionáveis à aplicação. Como premissa o vencedor do processo licitatório deverá fazer um mapeamento prévio do cenário atual, tem-se o ganho de conhecimento e a oportunidade de executar melhorias nos processos internos dos setores envolvidos. O licitante já possuirá em seu sistema, todos os pormenores e exigências para atendimento imediato do objeto, dando a oportunidade de o Município de Jaguariúna alcançar os resultados esperados.

Fornecimento (licenciamento) de sistema web, com isso pretende-se implantar mecanismos mais eficazes e eficientes na obtenção de informações orçamentária e financeira buscando garantir à eficiência, a transparência, a prestação de contas aos órgãos de controle e auxiliar gestores a impedir eventuais irregularidades.

Desvantagens: Algum processo não mapeado pode gerar atrasos no cronograma de implantação, usuários que não dominarem o sistema podem causar retrabalho e suporte para a equipe municipal.

Pela natureza dos serviços de sistema informatizado, verificando-se o quadro efetivo da prefeitura, vê-se que o mesmo não conta com profissionais cujas competências são necessárias para o atendimento do objetivo do certame, sendo assim, não há como se executar o objeto sem possuir equipe técnica e qualificada bem como os equipamentos necessários. Logo, o Município não possui arcabouço para executar com seus próprios recursos sejam eles humanos ou técnicos o objeto alvo da contratação. Sendo assim, não existe outra solução que não a própria contratação.

6. Descrição da solução como um todo

A partir da elaboração do Estudo Técnico Preliminar, embasado pelas justificativas apresentadas, constatou-se que contratação de empresa especializada para aquisição de subscrição anual de direitos de uso de software para gerenciamento de Jaguariúna, com serviços de atualização de dados, suporte e manutenção continuada do sistema e transferência de conhecimento.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Serviço consubstanciado no fornecimento de licença de uso de sistema informatizado, pelo período de 12 meses e com a disponibilização ilimitada de usuários para acesso ao sistema:

Descrição	Qty
Implantação e Treinamento	01
Fornecimento de licença de uso de sistema informatizado de análise estruturada de dados, conforme Termo de Referência.	12

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 145.833,33

O valor total estimado para a aquisição dos objetos pretendidos pela Unidade Requisitante é de R\$ 145.833,33 (Cento e quarenta e cinco mil, oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Por se tratar de serviço consubstanciado no fornecimento de licença de uso de sistema informatizado, não há o que se falar em parcelamento, pois o sistema é formado por regras e funcionalidades correlacionadas que estão relacionadas ou interconectadas de alguma maneira, sendo que a execução ou o resultado de uma funcionalidade depende da outra.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Informamos que não há Processos Licitatórios em andamento para aquisição deste item. Declaramos que até o período, conforme valores estipulados na Lei 14.133/21, em seu art.75, inciso II, devidamente atualizados conforme o art. 182, não foi ultrapassado o valor legal autorizado para as aquisições deste objeto, bem como de itens correlatos e/ou sendo assim mantido o respeito às interdependentes, por esta secretaria municipal, determinações legais.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação se dará através da dotação de nº 02.03.01.04.123.2007.2013.3.3.90.40.00, referente à ficha nº 124, fonte de recurso 1 -Tesouro, que possui saldo suficiente para aquisição dos serviços aqui descritos (e que também estão alinhados ao planejamento previamente feito pela Secretaria de Finanças conforme DFD nº 296 do PCA 2026).

12. Prova Objetiva de Conceito

A prova de conceito será avaliada por quesitos obrigatórios e passíveis de desenvolvimento que o sistema da contratada deve atender, sendo avaliados pela Comissão de Avaliação como ATENDIDO ou NÃO ATENDIDO.

A empresa convocada para a prova de conceito deverá demonstrar, portanto, a comprovação de que seu sistema atende a cada um dos quesitos obrigatórios da avaliação.

Em caso de ausência da convocada na prova de conceito, ou do não atendimento de no mínimo 85% dos itens obrigatórios, a mesma será desclassificada, razão pela qual será convocada a próxima empresa classificada.

O recurso administrativo em face da decisão pela desclassificação ou classificação na prova de conceito, se dará nos termos do edital.

Constatado a aprovação na prova de conceito, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

Os quesitos obrigatórios a serem aferidos na prova de conceito estão dispostos na tabela abaixo:

PROVA DE CONCEITO

DESCRIÇÃO	OBRIGATÓRIO OU PD	ATENDIDO SIM / NÃO
<u>REQUISITOS TÉCNICOS DO SISTEMA</u>		
Disponibilização aplicativo sistêmico desenvolvido em plataforma 100% web	Obrigatório	
Hospedagem da plataforma em datacenter , sob responsabilidade da contratada	Obrigatório	
Gerenciamento das informações através de aplicativo em plataforma web, desenvolvido com linguagem de alto nível	Obrigatório	
Informações disponíveis pela internet, através de vários navegadores	Obrigatório	
Controle de acesso a dados seguro mediante controle de usuários e senhas criptografadas	Obrigatório	
Fornecer à contratante, mecanismos mais eficazes e eficientes na obtenção de informações transmitidas ao Sistema AudeSP	Obrigatório	
Disponibilizar à contratante informações e mecanismos que otimizem as rotinas de controle interno	Obrigatório	
Oferecer à contratante recursos da Inteligência Artificial para auxiliar na elaboração de pareceres	Obrigatório	
Informações no padrão XML do Sistema AUDESP, conforme as especificações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Obrigatório	
Rotina automatizada para a importação de arquivos eletrônicos no padrão XML do Sistema AUDESP, seguindo o layout definido pelo TCE-SP	Obrigatório	
Consolidação dos balancetes contábeis em conformidade com o formato e as regras definidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Obrigatório	

Propiciar mecanismos para gerar e salvar relatórios no mínimo em padrão XLS, DOC e PDF	Obrigatório
Informações contábeis, orçamentária, financeira e patrimonial devem dar atendimento as NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público)	Obrigatório
Sistema em conformidade com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) ou apresentar plano de trabalho para atingimento dessa conformidade indicando DPO responsável na empresa por essa atividade	Obrigatório

REQUISITOS FUNCIONAIS DO SISTEMA

Módulo Dashboard

Tela de Dashboard que apresente e permita imprimir informações orçamentária e financeira da Prefeitura	Passível Desenvolvimento
Permitir visualizar a execução orçamentária e financeira da Prefeitura, separado por fonte de recurso	Passível Desenvolvimento
Permitir analisar o desempenho de receita e despesa comparando índices econômicos	Passível Desenvolvimento
Permitir visualizar a execução orçamentária e financeira e análise comparativa com outro período	Passível Desenvolvimento
Permitir visualizar os percentuais constitucionais de Ensino, Fundeb, Saúde, Despesa com Pessoal, DCL, Art. 167 e CAPAG	Passível Desenvolvimento
Relatório que mostre a situação do município no CAUC	Passível Desenvolvimento
Visualizar os relatórios de Instruções e Alerta emitidos pelo TCE-SP	Passível Desenvolvimento
Visualizar o ranking do município no Siconfi	Passível Desenvolvimento

Módulo Cenários

Permitir criar cenários de receita e despesa em periodicidade mensal e anual mostrando as informações no formato de porcentagem ou valor	Passível Desenvolvimento
Permitir visualizar cenários com informações históricas e projetadas de receita e despesa, contendo no mínimo os seguintes parâmetros: Mês, Entidade, Fonte de Recurso, Classificação Econômica de Receita e Despesa, Metodologia de Projeção conforme Lei Federal 4.320/64	Passível Desenvolvimento
Permitir visualizar cenários com informações históricas de percentual constitucionais e legais de Ensino e Saúde, contendo no mínimo os seguintes parâmetros: Despesa Empenhada, Liquidada e Paga, comparar com Indicadores Econômicos de IPCA e IGPM, e Metodologia de Projeção conforme Lei Federal 4.320/64	Passível Desenvolvimento

Módulo Gerencial

Emissão de demonstrativos para acompanhamento da gestão fiscal, orçamentária e financeira permitindo visualizar os resultados da execução orçamentária e financeira, índices constitucionais, tais como, Ensino, Fundeb, Saúde, DCL, Despesas com Pessoal e Limite de Endividamento	Obrigatório
Relatório do resultado orçamentário demonstrando o resultado pelo critério da despesa empenhada, liquidada e paga, por órgão e fonte de recurso	Obrigatório
Relatório do resultado financeiro pelo critério da despesa empenhada, liquidada e paga, demonstrando o resultado pela despesa a pagar do exercício e exercícios anteriores, por órgão e fonte de recurso	Obrigatório
Relatório de acompanhamento da receita, contendo no mínimo os seguintes parâmetros: Mês, Entidade, Fonte de Recurso, Classificação Econômica	Passível Desenvolvimento
Relatório de acompanhamento da despesa, contendo no mínimo os seguintes parâmetros: Mês, Entidade, Fonte de Recurso, Classificação Econômica	Passível Desenvolvimento
Relatório de projeção arrecadação, contendo no mínimo os seguintes parâmetros: Mês, Entidade e Fonte de Recurso	Obrigatório
Relatório que permita a apuração da suficiência ou insuficiência financeira projetada para o exercício, contendo no mínimo os seguintes parâmetros: Mês, Entidade, Fonte de Recurso e Metodologia de Projeção	Obrigatório
Relatório dos principais indicadores permitindo comparar dois exercícios, contendo no mínimo os seguintes parâmetros: Resultado Orçamentário, Financeiro, Aplicação no Ensino, Fundeb, Saúde, Pessoal, DCL, Art. 167 da CF, Nota CAPAG e Posição Ranking Siconfi	Obrigatório
Relatório que permita o acompanhamento dos gastos nos últimos dois quadrimestres do último ano de mandato - Artigo 42 da LRF, contendo no mínimo os seguintes parâmetros: Valor da liquidez ou iliquidez do mês de referência e acompanhamento mensal do percentual até final do exercício	Passível Desenvolvimento
Relatório que permita o acompanhamento do limite de despesas com pessoal e encargos no último ano de mandato- Artigo 21, parágrafo único da LRF, contendo no mínimo os seguintes parâmetros: Apuração do percentual do mês de referência e acompanhamento mensal do percentual dos últimos 180 dias do exercício	Passível Desenvolvimento
Relatório que permita o acompanhamento mensal do cumprimento das receitas e despesas correntes, de acordo com o artigo 167-A da CF	Passível Desenvolvimento
Relatório que permita o acompanhamento mensal da Capacidade de Pagamento do Município – CAPAG da Secretaria do Tesouro Nacional	Passível Desenvolvimento

Módulo Legal

Relatório para acompanhamento e validação do cumprimento das metas de arrecadação e indicadores de Gestão Fiscal do município, permitindo visualizar os resultados da execução orçamentária e financeira, cumprimento dos índices mínimos constitucionais, tais como, Ensino, Fundeb, Saúde, DCL, Despesas com Pessoal e Limite de Endividamento	Obrigatório
Geração, validação e transmissão do arquivo eletrônico nos moldes do Sistema de Orçamento Público da Educação - SIOPE do Ministério da Educação, a partir dos balancetes isolados em formato XML enviados ao sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Obrigatório
Validação, parametrização e geração do arquivo eletrônico nos moldes do Sistema de Orçamento Público da Educação - SIOPE DO Ministério Público, a partir dos balancetes isolados em formato XML enviados ao sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Obrigatório

Parametrização e geração do arquivo eletrônico nos moldes do Sistema de Orçamento Público de Saúde – SIOPS do Ministério da Saúde, a partir dos balancetes isolados em formato XML enviados ao sistema AudeSP do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Obrigatório
Geração do arquivo com as informações orçamentária e financeira para transmissão e homologação no Sistema SICONFI da Secretaria do Tesouro Nacional	Obrigatório
Geração das informações orçamentária e financeira com as especificações da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) para transmissão e homologação no Sistema SICONFI da Secretaria do Tesouro Nacional	Obrigatório
Relatórios pormenorizados com indicadores do RREO, RGF, Ensino, Fundeb e Saúde para prestação de contas via interação direta no Sistema AUDESP do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Obrigatório
Relatórios pormenorizados por razão de conta corrente, conforme regras do Sistema AUDESP, apresentando a movimentação dos constantes nos arquivos XML transmitidos mensalmente para Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Obrigatório
Relatórios de Demonstrativos de balanços contábeis nos moldes do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Secretaria do Tesouro Nacional	Obrigatório
Módulo Audiência Pública	
Demonstrativo e gráfico de arrecadação das principais fontes de arrecadação do município	Obrigatório
Demonstrativo e gráfico das despesas fixadas e resultado da despesa empenhada, liquidada e paga por órgão e consolidado	Obrigatório
Demonstrativos e gráfico de cumprimento das metas do Resultado Nominal e Primário do exercício	Obrigatório
Demonstrativo e gráfico dos limites constitucionais de Ensino, Fundeb, Saúde e Despesa com Pessoal	Obrigatório
Permite a parametrização das informações para apresentação da audiência pública	Obrigatório
Possuir mecanismos que possibilite a geração automática da ata e lista de presença da audiência pública	Obrigatório
Módulo Matriz de Riscos	
Permitir cadastro de eventos para elaboração da matriz de riscos	Obrigatório
Possuir mecanismos para definir o nível de risco para cada evento cadastrado;	Obrigatório
Permitir cadastro de eventos de acordo com as dimensões da matriz composta por probabilidade e impacto	Obrigatório
Permitir definir os critérios de probabilidade da ocorrência do risco	Obrigatório
Permitir definir os critérios do impacto das consequências do risco	Obrigatório
Permitir classificar a probabilidade e impacto do risco em níveis alto, médio e baixo	Obrigatório

Possuir mecanismos que faça a classificação automática dos riscos obedecendo as cores vermelha, amarela e verde para classificação alta, média e baixa	Obrigatório
Possuir mecanismos para repriorização mensal dos riscos avaliados	Obrigatório
Permitir listar os eventos da matriz de riscos	Passível Desenvolvimento
Permitir visualizar a matriz de riscos nas duas dimensões	Passível Desenvolvimento
Permitir a impressão da matriz de riscos	Passível Desenvolvimento
Permitir a vinculação e impressão da matriz de riscos no parecer de controle interno	Obrigatório
Módulo Plano Operativo	Obrigatório
Permitir elaboração do plano operativo anual das atividades que serão desenvolvidas no exercício	Obrigatório
Permitir vincular no plano operativo anual eventos preestabelecidos no sistema de controle interno	Obrigatório
Permitir cadastro de eventos para o plano operativo anual	Obrigatório
Estabelecer periodicidade para eventos cadastrados	Obrigatório
Permitir formatar a impressão dos eventos no plano de operativo anual	Passível Desenvolvimento
Permitir formatar texto do plano operativo anual para impressão	Passível Desenvolvimento
Possuir mecanismos que permite visualizar e acompanhar alterações do plano operativo anual, mostrando as atividades planejadas, executadas, status e responsável	Passível Desenvolvimento
Módulo Avaliação Interna	
Permitir a importação automatizada da classificação institucional disponibilizado no Sistema Audep	Obrigatório
Permitir cadastrar responsáveis e vinculação na classificação institucional do órgão	Obrigatório
Permitir cadastrar temas e questões para elaboração de avaliação interna	Obrigatório
Possuir mecanismos para elaborar avaliação interna e envio por meio eletrônico ao responsável	Obrigatório
Possuir rotina que permita agendar avaliações internas e enviar para o responsável	Obrigatório
Permitir cadastrar tipo de avaliação, informando regras e funcionalidades	Obrigatório

Permitir vincular na avaliação interna as questões descritas no manual de controle interno do TCE-SP	Obrigatório
Permitir parametrizar e ordenar as questões da avaliação interna	Obrigatório
Permitir elaborar avaliação internas com indicadores da execução orçamentária, financeira e patrimonial	Obrigatório
Possuir rotina que permita identificar a prioridade e prazo de execução avaliação internas elaborada	Obrigatório
Permitir anexar documentos e fotos com legenda na avaliação interna	Obrigatório
Possuir repositório documento e fotos para cada avaliação interna elaborada	Passível Desenvolvimento
Permitir vincular avaliação interna em tópicos do parecer	Passível Desenvolvimento
Permitir o acompanhamento das avaliações internas elaboradas, permitindo visualizar por status, tipo, prazo, prioridade e responsável	Passível Desenvolvimento
Possuir mecanismos de controle para análise comparativa das avaliações internas elaboradas, respondidas, vencidas e finalizadas	Passível Desenvolvimento
Permitir a parametrização personalizada para impressão e envio por meio eletrônico da avaliação interna	Passível Desenvolvimento
Possuir mecanismos de controle para análise comparativa das avaliações internas elaboradas, respondidas, vencidas e finalizadas	Passível Desenvolvimento
Permitir a impressão e vinculação para impressão no parecer	Passível Desenvolvimento
Módulo Auditoria	
Permite o controlador elaborar parecer conclusivo para cada item de análise do relatório	Passível Desenvolvimento
Permite importar para relatório em elaboração o parecer de períodos anteriores	Passível Desenvolvimento
Permite o controlador usar recursos da Inteligência Artificial para auxiliar na elaboração de pareceres	Passível Desenvolvimento
Permite alimentar diretamente nos Prompts da IA conteúdos específicos para que a Inteligência Artificial use esses dados na resposta e reproduza o parecer conclusivo	Passível Desenvolvimento
Permite usar Prompts da IA para refinar a busca do conteúdo para elaborar o parecer conclusivo	Passível Desenvolvimento

Permite alimentar a Inteligência Artificial com upload de arquivo PDF, DOC e planilhas com informações de credor	Passível Desenvolvimento
Permite que a Inteligência Artificial faça a leitura do arquivo importado e use o conteúdo para prestação de contas de adiantamento em tempo real	Passível Desenvolvimento
Permite que o controlador use a Inteligência Artificial na elaboração do parecer de adiantamento	Passível Desenvolvimento
Permite armazenar conteúdo do parecer no banco de dados	Passível Desenvolvimento

Módulo Parecer

Índice e Indicadores da Gestão Municipal: Demonstrar o Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEG-M;	Passível Desenvolvimento
Avaliação das Metas Físicas e Financeiras previstas nas Peças Orçamentárias: Demonstrando as ações de governos e suas metas físicas realizadas no período;	Passível Desenvolvimento
Avaliar a receita orçamentária: Demonstrar a receita por categoria, classificação, fonte de recurso, arrecadação mensal e comparativo;	Obrigatório
Avaliar a despesa orçamentária: Demonstrar a despesa por categoria, grupo de natureza, fonte de recurso, unidade orçamentária, despesa mensal e comparativo;	Obrigatório
Avaliar a gestão orçamentária: Demonstrar valores e percentuais da arrecadação prevista para o exercício, despesas realizadas e resultado;	Obrigatório
Avaliar a gestão orçamentária por Fonte de Recurso: Demonstra a receita arrecadada comparadas com as despesas realizadas e resultado orçamentário;	Obrigatório
Avaliar as Alterações Orçamentárias: Demonstrar valores das suplementações e movimentações por fundamento legal;	Obrigatório
Avaliar as Alterações Orçamentárias Autorizadas por Decreto: Demonstrar a totalização por fundamento legal e percentual autorizado;	Obrigatório
Avaliar a Execução Financeira: Demonstrar o resultado financeiro com valores e percentuais da disponibilidade financeira e despesas a pagar;	Obrigatório
Avaliar a Conciliação Bancária: Demonstrar o saldo financeiro, saldo do extrato bancário e registro das pendências bancárias;	Obrigatório
Avaliar a Execução dos Restos a Pagar: Demonstrar o saldo dos restos a pagar liquidados e não liquidados;	Obrigatório
Avaliar os Recursos Aplicados no Ensino: Demonstrar as receitas com transferências de impostos e a aplicação mínima exigida;	Obrigatório
Avaliar os Recursos Aplicados no FUNDEB: Demonstrar as receitas com transferências do FUNDEB e rendimentos de aplicações financeiras e aplicação mínima do magistrado e outros recursos recebidos;	Obrigatório

Avaliar os Recursos Aplicados em Saúde: Demonstrar as receitas de impostos e transferências de impostos e a aplicação mínima obrigatória;	Obrigatório
Avaliar as Despesas com Pessoal: Demonstrar a receita corrente líquida e os limites, máximo e prudencial de gastos e a despesa total com pessoal;	Obrigatório
Avaliar a Execução dos Precatórios: Demonstrar o valor da dívida, suas movimentações e saldo;	Obrigatório
Avaliar a Dívida Fundada: Demonstrar o valor da dívida de longo e curto prazo e o percentual total da situação da dívida fundada;	Obrigatório
Avaliar a Dívida Consolidada Líquida: Demonstrar o valor da receita corrente líquida no exercício e os limites estabelecidos na legislação;	Obrigatório
Avaliar o Limite de Endividamento do Município: Demonstrar o valor mensal, conforme Resolução 40/2001-art. 3º, I Senado;	Obrigatório
Avaliar o Resultado Nominal: Demonstrar o valor do último exercício e até o período e compara com a Meta de Resultado Nominal;	Obrigatório
Avaliar o Resultado Primário: Demonstrar os valores fixados na Lei de Diretrizes Orçamentária comparada até o período e compara com a Meta de Resultado Primário prevista para o exercício;	Obrigatório
Avaliar as Alienações de Ativos: Demonstrar o valor das receitas, despesas realizadas e saldo de banco;	Obrigatório
Avaliar as Operações de Créditos, Despesa de Capital, Avais e Garantias: Demonstra o valor da receita corrente líquida no exercício e os limites estabelecidos na legislação;	Obrigatório
Avaliar a arrecadação da Dívida Ativa: Demonstrar os valores previstos e arrecadado da dívida ativa;	Obrigatório
Avaliar as despesas com Encargos Sociais: Demonstrar os valores liquidados no mês e acumulado por FGTS, INSS, obrigações patronais e RPPS;	Obrigatório
Avaliar os Repasses ao Terceiro Setor: Demonstrar os valores previstos na lei orçamentária e os valores liquidados dos repasses;	Obrigatório
Avaliar os Bens Móveis e Imóveis: Demonstrar os valores previstos no orçamento e os valores liquidados de obras e material permanente e valor registrado no Plano de Contas PCASP;	Obrigatório
Avaliar o Limite dos Repasses ao Legislativo: Demonstrar o limite permitido para repasse;	Obrigatório
Avaliar os Repasses mensais ao Legislativo: Demonstrar os valores repassados separados e agrupados mensalmente;	Obrigatório
Avaliar as Licitações e Contratações: Demonstrar as despesas empenhas por modalidade de licitação, credor, valor e número de empenho;	Obrigatório
Avaliar os Estoques de Almoxarifado: Demonstrar os valores previstos no orçamento e os valores liquidados de material de consumo e valor registrado no Plano de Contas PCASP;	Obrigatório

Avaliar as Despesas com Adiantamento: Demonstrar os valores concedidos e prestação pendentes, com nome, empenho ano;	Obrigatório
Avaliar o Cumprimento do Artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal: Demonstrar a situação de endividamento mensal, a partir de abril até o mês de dezembro;	Passível Desenvolvimento
Avaliar o Cumprimento do Artigo 21, parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal: Demonstrar o índice mensal, a partir de junho até o mês de dezembro;	Passível Desenvolvimento
Avaliar o Cumprimento do Artigo 167-A da Constituição Federal: Demonstrar o índice apurado no mês, receita e despesa corrente dos últimos doze meses;	Obrigatório
Avaliar o Cumprimento de Prazos de Entrega do AUDESP: Demonstrar o tipo de documento, mês e prazo, com o status da entrega com acompanhamento diário e automatizado com o sistema Audesp do TCE-SP;	Obrigatório
Avaliar os Relatórios de Alerta e Instrução emitidos pelo TCE-SP: Demonstrar os alertas e relatórios de Instrução de acompanhamento da Gestão Fiscal emitidos pelo TCE-SP com acompanhamento diário e automatizado com o sistema Audesp;	Obrigatório
Avaliar Portal de Transparência: Disponibiliza a situação das informações obrigatórias para disponibilizar no Portal de Transparência.	Passível Desenvolvimento

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação do sistema solicitado faz-se indispensável para que o corpo técnico, secretário e diretores da Secretaria Municipal de Finanças realizem análises prévias e gerenciais da gestão dos recursos e prestação de contas periódica das informações orçamentárias e financeiras aos órgãos de fiscalização.

A Secretaria Municipal de Finanças é a responsável por receber informações de diversos órgãos da Administração Direta e Indireta para posterior análise, consistência e preparação das prestações de contas aos órgãos de fiscalização externa e o que se busca com esta contratação é obter mecanismos tecnológicos independente e capaz de garantir a fidedignidade das informações que são relevantes para a tomada de decisões.

Esses dados que serão informados nas prestações de contas devem atender a regras pré-estabelecidas, formato padronizado na geração, validação e envio das informações, portanto, para a correta prestação de contas, torna-se necessário a contratação de um sistema que faça a validação prévia das informações e prestação de contas, evitando incorreções das informações e permita o cumprimento de prazos na prestação de contas.

Por fim, informatizar esse processo de gestão das informações e prestações de contas, permitirá que os gestores e técnicos as realizem de forma segura, auxiliando no acompanhamento e avaliação de metas e indicadores fiscais, bem como fornecerá números fidedignos para a tomada de decisão, além oferecer mecanismos de controles visando atender a dispositivos legais estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Secretaria do Tesouro Nacional.

14. Providências a serem adotadas

Não serão necessárias providências administrativas prévias a contratação.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Não se aplica. A contratação de que trata o presente estudo não resultará impactos ambientais significativos a ponto de exigirem ações preventivas ou de contingência para tratar riscos, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando a necessidade e a importância da contratação pretendida, bem como, o seu diminuto custo para a Administração, temos certo de que é viável e, portanto, deve ser realizada.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABIO DOS SANTOS RIBEIRO

Autoridade competente